

Teleconferência

Resultados de 2010



28 de Março de 2011

Esta apresentação poderá conter considerações referentes as perspectivas futuras do negócio, estimativas de resultados operacionais e financeiros, e as perspectivas de crescimento da OHL Brasil, baseando-se exclusivamente nas expectativas da Administração da OHL Brasil em relação ao futuro do negócio e seu contínuo acesso a capitais para financiar o plano de negócios da Companhia.

Tais considerações futuras podem ser afetadas por mudanças nas condições de mercado, regras governamentais, desempenho do setor, programa de privatização de novas rodovias, e economia brasileira, entre outros fatores, além dos riscos apresentados nos documentos de divulgação arquivados pela OHL Brasil e estão, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

IFRS - PRINCIPAIS ALTERAÇÕES NAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS



A partir de 2010, a Companhia passou a apresentar as Demonstrações Financeiras em conformidade com o padrão contábil internacional estabelecido pelo *International Accounting Standards Board – IASB* (conhecido como *International Financial Reporting Standards – IFRS*) e consubstanciado pela Instrução CVM nº 457, de 13 de julho de 2007 e respectivas alterações.

	ANTES		DEPOIS
Classificação	Ativo Imobilizado	→	Ativo Intangível
	<small>* Outros ativos de controle da Companhia permanecem no imobilizado.</small>		
Amortização	Vida útil econômica dos Ativos / prazo do contrato	→	Prazo do contrato/ Curva de Trafego
	<small>*As diferenças entre as bases fiscais e as novas bases contábeis devem gerar efeitos relacionados a impostos diferidos (diferenças temporárias).</small>		
Receitas	Resultado de pedágios	→	Resultado de Construção e Pedágios
	<small>* A receita de construção é determinada pelo valor justo do respectivo serviço prestado, sem margem.</small>		
Gastos com Manutenção	Imobilizado e Depreciação	→	Resultado (Provisão)
	<small>* A provisão para manutenção é reconhecida pelo valor presente.</small>		

Veículos Equivalentes	2010	2009	Var% 2010/2009
Autovias	41.849.580	37.653.446	11,1%
Centrovias	29.265.444	22.523.774	29,9%
Intervias	56.858.906	51.628.066	10,1%
Vianorte	31.466.466	28.545.634	10,2%
Total Estaduais	159.440.396	140.350.920	13,6%
Planalto Sul	26.696.770	22.477.509	18,8%
Fluminense	43.491.756	27.081.364	60,6%
Fernão Dias	121.656.967	86.526.227	40,6%
Régis Bittencourt	136.158.667	102.048.021	33,4%
Litoral Sul	109.039.366	67.969.091	60,4%
Total Federais	437.043.526	306.102.213	42,8%
Total	596.483.922	446.453.133	33,6%

Tarifa Média (em R\$ / Veic. Equiv.)	2010	2009	2010/2009
Autovias	5,83	5,61	3,9%
Centrovias	8,15	8,98	-9,2%
Intervias	4,79	4,62	3,7%
Vianorte	6,88	6,60	4,2%
Estaduais	6,09	5,99	1,7%
Planalto Sul	2,91	2,71	7,4%
Fluminense	2,59	2,50	3,7%
Fernão Dias	1,11	1,10	0,8%
Régis Bittencourt	1,50	1,50	0,0%
Litoral Sul	1,19	1,10	8,5%
Federais	1,51	1,48	2,3%
Total	2,73	2,89	-5,5%

EVENTOS SUBSEQUENTES

Tarifa aplicada	Fim 2010 / Início 2011	Fim 2009 / Início 2010	Var %
Planalto	3,10	2,90	6,9%
Fluminense	2,80	2,60	7,7%
Fernão Dias	1,30	1,10	18,2%
Régis Bittencourt	1,70	1,50	13,3%
Litoral Sul	1,40	1,20	16,7%

■ Estaduais

Os crescimentos das tarifas médias das concessionárias Autovias, Intervias e Vianorte são explicados pelo reajuste contratual com base no IGP-M. Na concessionária Centrovias, apesar do reajuste contratual, a tarifa média apresentou redução de 9,2% em função da mudança na forma de cobrança de pedágio (bidirecional) para os dois sentidos em 4 praças, reduzindo em 50% a tarifa praticada.

■ Federais

Em dezembro de 2009, o reajuste praticado pela concessionária Planalto Sul elevou a tarifa para R\$2,90, considerando o critério de arredondamento da primeira casa decimal e a variação do IPCA entre dezembro de 2008 e novembro de 2009 (+4,22%). Em fevereiro de 2010, as tarifas praticadas pelas concessionárias Fluminense e Litoral Sul também sofreram reajustes, passando para R\$2,60 e R\$1,20, respectivamente. As tarifas praticadas pelas concessionárias Fernão Dias e Régis Bittencourt não sofreram alterações nos exercícios em comparação face ao critério de arredondamento dos contratos.

Sociedades do Grupo (R\$ Mil)	Receita Líquida		
	Receita de Serviços (A)	Receita de Obras (B)	Total (A + B)
Autovias	224.711	4.327	229.038
Centrovias	219.869	30.354	250.223
Intervias	252.298	16.703	269.001
Vianorte	199.120	11.333	210.453
Estaduais	895.998	62.717	958.715
Planalto Sul	69.990	66.380	136.370
Fluminense	101.773	54.839	156.612
Fernão Dias	123.486	180.198	303.684
Régis Bittencourt	186.302	154.613	340.915
Litoral Sul	118.933	99.080	218.013
Federais	600.484	555.110	1.155.594
Total Concessionárias	1.496.482	617.827	2.114.309
<i>OHL Holding e outras sociedades</i>	-	70.220	70.220
Total	1.496.482	688.047	2.184.529

▪ Receita de Obras (B)

As novas normas de contabilização (ICPC-01 / IFRIC 12), que entraram em vigor a partir de 01/01/2010, alteraram a forma de contabilizar as receitas provenientes da exploração dos contratos de concessões, que passaram a incluir também receita de obras provenientes da realização de investimentos no ativo intangível. Essa nova metodologia de contabilizar as receitas alterou a demonstração do resultado, afetando as margens EBITDA, EBIT e Lucro Líquido; mas sem alterar o montante do Lucro Líquido da Companhia, uma vez que a contrapartida desta receita, o custo de obra, em igual valor (sem margem de obra), está rubricado como Custo dos Serviços de Construção.

Custos e Despesas Operacionais ¹ (R\$ Mil)	2010	2009	Var% 2010/2009
Custo dos serviços de construção	(617.827)	(613.090)	0,8%
Serviços de terceiros	(173.541)	(155.050)	11,9%
Pessoal	(157.829)	(114.026)	38,4%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(146.085)	(75.737)	92,9%
Conservação de rotina	(79.153)	(78.606)	0,7%
Verba de fiscalização	(30.798)	(28.379)	8,5%
Ônus variável (concessões estaduais)	(30.355)	(26.292)	15,5%
Seguros e garantias	(12.703)	(13.007)	-2,3%
Remuneração da administração	(12.526)	(10.921)	14,7%
Consumo	(6.176)	(4.897)	26,1%
Despesas tributárias	(2.199)	(5.796)	-62,1%
Transportes	(1.448)	(1.311)	10,5%
Outras despesas operacionais, líq.	(79.680)	(69.070)	15,4%
Total	(1.350.320)	(1.196.182)	12,9%

¹ Excl. depreciação e amortização

■ Custo dos serviços de construção e Provisão para manutenção em rodovias

Com a adoção das novas normas de contabilização (ICPC-01 / IFRIC 12), que entraram em vigor a partir de 01/01/2010, dois novos custos passaram a ser contabilizados no resultado da Companhia: (i) o “Custo dos Serviços de Construção”, em contrapartida à “Receita de Obras”, já comentada na seção de Receita Bruta, e (ii) a “Provisão para Manutenção em Rodovias”, que reflete a provisão de investimentos para manutenção em rodovias que irão ocorrer em exercícios futuros.

EBITDA			
	2010	2009	Var% 2010/2009
Receita Líquida	2.184.529	1.850.091	18,1%
Custos e Despesas Operacionais	(1.350.320)	(1.196.182)	12,9%
EBITDA	834.209	653.909	27,6%
<i>Margem EBITDA (sobre receita líquida)</i>	38,2%	35,3%	
(+) Provisão para manutenção de rodovias	146.085	75.737	92,9%
(+) Ajustes de Consolidação ¹	(38.214)	(52.676)	
EBITDA Ajustado (antes do IFRS)	942.080	676.970	39,2%
<i>Margem EBITDA (sobre receita líquida)</i>	43,1%	36,6%	

¹ Ajustes de consolidação e reversão da retenção dos lucros não realizados (EBITDA Construtoras).

▪ Ebitda Ajustado

Para comparabilidade da informação com os dados reportados pela Companhia antes da adoção de tais práticas contábeis, foram feitos ajustes na base de cálculo para reversão do montante relativo à “Provisão para manutenção em rodovias” e para o estorno dos ajustes dos lucros não realizados das empresas Latina Manutenção, Latina Sinalização e Paulista. Dessa forma, o EBITDA Ajustado relativo ao ano de 2010 totalizou R\$ 942,1 milhões, equivalente a uma margem de 43,1%, o que representou forte expansão sobre a margem de 36,6% registrada em 2009.

RESULTADO FINANCEIRO

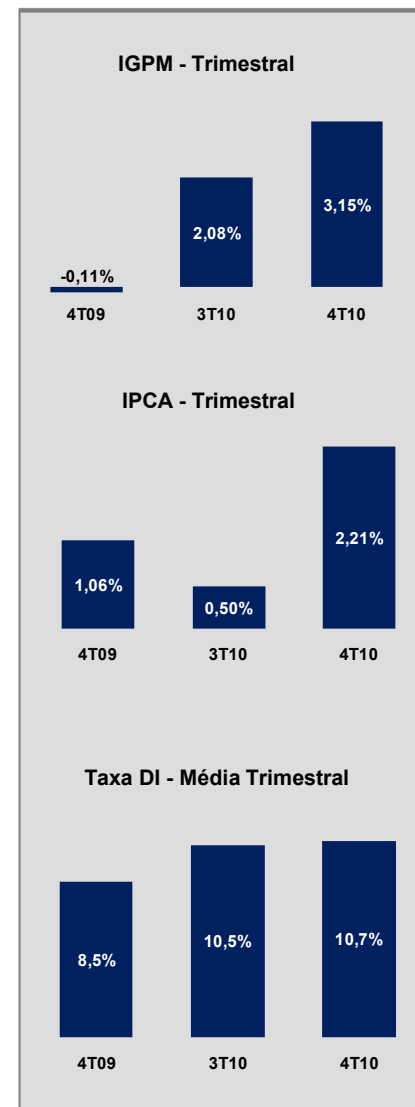


Resultado Financeiro (R\$ mil)	2010	2009	Var% 2010/2009
Receitas Financeiras	92.647	33.058	180,3%
Despesas Financeiras	(310.577)	(198.736)	56,3%
Encargos financeiros	(236.154)	(160.131)	47,5%
Atualização monetária do ônus fixo	(55.149)	(12.764)	332,1%
Outras despesas	(19.274)	(25.841)	-25,4%
Variação Cambial Líquida	32	(218)	-114,7%
Resultado Financeiro Líquido	(217.898)	(165.896)	31,3%

■ Resultado

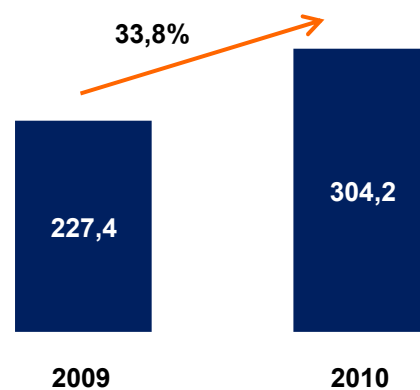
Em 2010, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 217,9 milhões frente a um resultado negativo de R\$ 165,9 milhões registrado em 2009. Principais fatores:

- (i) Aumento de R\$76 milhões nos encargos financeiros;
- (ii) Acréscimo de R\$42,4 milhões na despesa com “Atualização monetária do ônus fixo” provocado pelo aumento do IGP-M em 2010;
- (iii) Aumento de R\$59,6 milhões das receitas com atualização das aplicações financeiras.



EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS

Lucro Líquido (R\$ milhões)



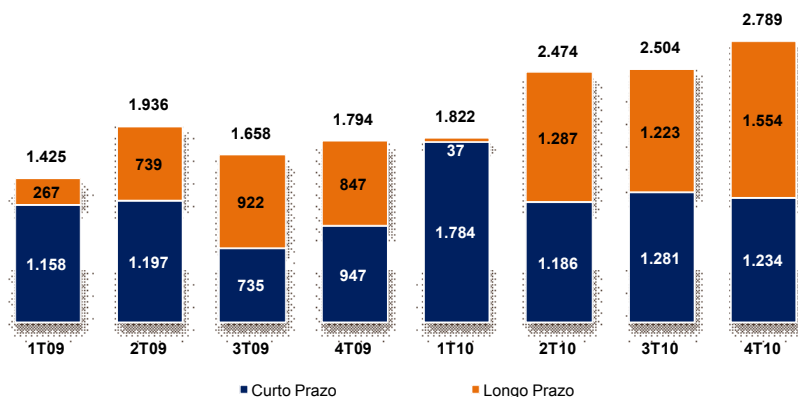
- **Principais fatores de crescimento**

- (i) Entrada em operação de 100% das praças de pedágio administradas pelas concessionárias federais;
- (ii) Reajustes tarifários contratuais;
- (iii) Início de cobrança bidirecional nas praças de pedágio administradas pela concessionária Centrovias.

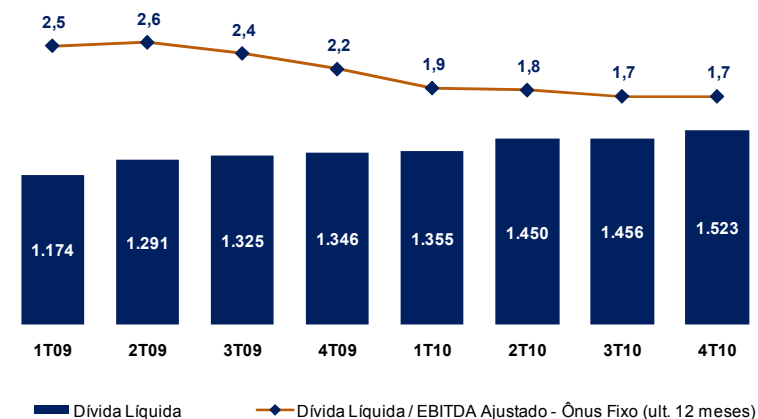
ENDIVIDAMENTO



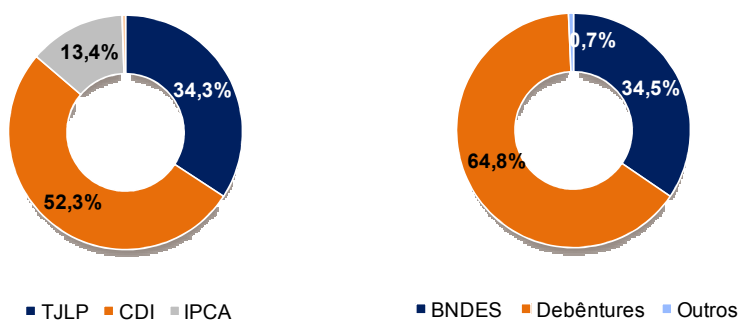
ENDIVIDAMENTO BRUTO (R\$ MM)



GRAU DE ALAVANCAGEM E DÍVIDA LÍQUIDA (R\$ MM)

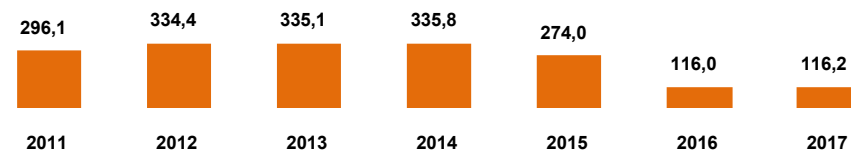


COMPOSIÇÃO DO CUSTO DA DÍVIDA



CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÕES DE DEBÊNTURES (R\$ MM)

97,3% do endividamento de longo prazo era composto por debêntures.



- **Empréstimo-Ponte BNDES (Concessionárias Federais)**

Em meados de 2009, a Companhia assinou 5 contratos de empréstimos ponte, no montante total de R\$ 1 bilhão, de forma a permitir a continuidade dos investimentos até a assinatura dos contratos de longo prazo. Até 31 de dezembro de 2010, foram desembolsados R\$ 907,5 milhões deste total.

- **Empréstimo de Longo Prazo BNDES (Concessionárias Federais)**

Em outubro de 2010, o BNDES aprovou a concessão de colaboração financeira de longo prazo à Autopista Régis Bittencourt no valor de R\$ 1,1 bilhão. O referido financiamento foi dividido em duas categorias de crédito: Crédito A, no valor de R\$ 446,4 milhões, com prazo de amortização de 144 meses, carência de 12 meses e custo de TJLP + 2,21% ao ano; e Crédito B, no valor de R\$ 623,1 milhões, com prazo de amortização de 126 meses, carência até 15 de junho de 2014 e custo de TJLP + 2,21% ao ano.

- Em abril de 2010, as controladas Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte realizaram emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantias reais, no montante total de R\$ 1,4 bilhão. Os recursos captados foram destinados ao resgate antecipado de dívidas (notas promissórias), investimentos previstos no contrato de concessão, reforço do capital de giro e distribuição de proventos.
- Também em 2010, no mês de novembro, foram aprovadas novas emissões das concessionárias Autovias e Intervias, no âmbito da Instrução CVM 476, com esforços restritos de distribuição. Na ocasião, foram emitidas 4.000 (3.000 na Intervias e 1.000 na Autovias) debêntures simples não conversíveis em ações, com garantias reais, com valor nominal unitário de R\$ 100 mil, remuneração de CDI + 1,7% ao ano e prazo de vencimento de cinco anos. Juntas as operações totalizaram o montante de R\$ 400 milhões.

Investimentos Fluxo de Caixa (R\$ Mil)	2010			
	Antes do IFRS (A + B)	Part. %	IFRS	
			Intangível e Imobilizado (A)	Manutenção Realizada (B)
Autovias	28.552	3,9%	3.565	24.987
Centrovias	51.037	7,0%	30.518	20.519
Intervias	60.408	8,3%	10.818	49.590
Vianorte	44.270	6,1%	12.174	32.096
Estaduais	184.267	25,4%	57.075	127.192
Planalto Sul	60.746	8,4%	60.746	-
Fluminense	51.735	7,1%	51.735	-
Fernão Dias	176.811	24,4%	176.811	-
Régis Bittencourt	147.633	20,3%	147.633	-
Litoral Sul	94.250	13,0%	94.250	-
Federais	531.175	73,2%	531.175	-
Total	715.442	98,6%	588.250	127.192
<i>Outros invest. e ajustes de consolidação</i>	<i>10.031</i>	<i>1,4%</i>	<i>10.031</i>	-
Total	725.473	100,0%	598.281	127.192

Investimentos futuros

Para cumprir com as obrigações de manutenção das rodovias e novos investimentos em intangíveis previstos nos contratos de concessões, estimamos investir em 2011 R\$ 930 milhões nas concessões federais e R\$ 135 milhões nas concessões estaduais. Entre 2012 e 2015 estimamos investir R\$ 2,7 bilhões nas concessões federais e R\$ 570 milhões nas concessões estaduais.